

Os efeitos das crises de 1994 e 2007 no sistema bancário brasileiro

Jefferson Lima de Souza
Jeronimo Alves dos Santos
Renato Alves de Oliveira

RESUMO: O sistema bancário brasileiro passou por transformações importantes durante as crises financeiras que afetaram o país. Foram adotadas medidas pelo governo para amenizar o impacto dessas transformações, entre elas, destacam-se a implantação do Plano Real em 1994 e as medidas contra a crise que se manifestou em meados de 2007 nos Estados Unidos. O objetivo deste estudo foi analisar as similaridades e diferenças das crises financeiras de 1929, 1994 e 2007. Especificamente, responder as seguintes perguntas: Quais foram as políticas adotadas pelo governo brasileiro para diminuir os efeitos da crise dentro do país? Como isso ajudou no desenvolvimento do sistema bancário? Para isso, foi realizada uma análise dos principais bancos atuantes na época das crises, além de estudadas as medidas adotadas pelos governos para ajudar a firmar a imagem do sistema bancário. Ao final, foi feita a comparação das crises de 1994 e 2007 com a grande depressão de 1929, em que mostrou que o sistema bancário brasileiro não sofreu grandes consequências em 2007 comparado com as crises de 1994 e 1929.

Palavras-chave: Crise financeira. Sistema bancário. Grande depressão. Plano Real.

ABSTRACT: The Brazilian banking system faced major changes during the financial crisis that had affected the country. Several fiscal and monetary policies were adopted by the government to decrease the impact of these changes. Faced with these changes, there were the implementation of the Real Plan in 1994 and the crisis that manifested in mid-2007 in the United States. The present study has the purpose of answering the following questions: What were the policies adopted by the government to decrease the effects of crises within the country? How it has helped in the development of the banking system? Firstly, it did made an analysis of the major active banks at the time. Secondly, it was studied the measures taken by governments to consolidate the banking system's image nowadays. At the end, it was made the comparison between the 1994 and 2007 crisis with the Great Depression of 1929 to show that the Brazilian banking system did not suffer major consequences in 2007 compared to the 1994 and 1929 crises.

Keywords: Financial crisis. Banking system. Great Depression. Real Plan.

Recebido em: 02/08/2017

Aprovado em: 13/05/2018

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

O setor bancário do Brasil enfrentou diversas transformações nas últimas décadas, com destaques para a grande depressão de 1929, a implantação do Plano Real e a mais recente crise financeira em meados de 2007. Porém, ao contrário das primeiras crises, o setor bancário brasileiro não mostrou fragilidade nos últimos anos devido às políticas fiscais e monetárias adotadas pelo governo (FERRAZ, 2013).

Crises bancárias estão diretamente relacionadas a fatores macroeconômicos, assim como a fatores microeconômicos e à regulamentação do sistema bancário, os quais impactam sobre o nível de confiança dos investidores em manterem ou não seus recursos nas instituições e sobre a falta de capacidade dessas instituições cumprirem com suas obrigações. Essa desconfiança, por parte dos investidores, pode ser fruto de fatos e/ou informações, fundadas ou infundadas, principalmente por conta dos meios de comunicação a respeito da solvência dos bancos, que se agrava quanto maiores forem a participação e a representatividade da instituição no sistema bancário de uma economia (COSTA, 2001).

O Plano Real provocou uma crise bancária significativa, atingindo os três principais grandes bancos do país na época, o Econômico, o Nacional e o Bamerindus (CORAZZA, 2000). Seus impactos já seriam previsíveis por conta das próprias decisões das autoridades governamentais, visto que, era sabido que o novo ambiente de estabilização macroeconômica não seria condizente com a dimensão que o sistema bancário tinha alcançado nos anos de alta inflação e desequilíbrio (BARROS; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Nesse processo, além de bancos de grande e médio porte, inúmeras instituições

menores foram extintas e as demais instituições tiveram que se adaptar a esse novo modelo sem as receitas inflacionárias. O número excessivo de agências e o custo elevado com pessoal obrigavam o sistema bancário a ser redimensionado e reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades (CORAZZA, 2000).

Além disso, o Plano Real abriu portas para a entrada de capital externo por meio da entrada de novos bancos estrangeiros e a compra dos bancos nacionais a esses recém-chegados como a compra do banco Bamerindus pelo *Hong Kong & Shanghai Group* – HSBC (COSTA, 2001).

A mais recente crise financeira que se manifestou em meados de 2007 nos Estados Unidos afetou diversas empresas em todo o mundo. Mas foi somente após a quebra do quinto maior banco de investimentos norte-americano (*Lehman Brothers*) que os seus efeitos passaram a ser notados em escala global (FERRAZ, 2013).

Ao longo de 2008 e 2009, o sistema bancário do Brasil estava sólido comparado à crise bancária e, por mais que muitos defendiam que ele ainda seria afetado com baixa incidência à medida que as turbulências vinham se espalhando pelo mundo, três bancos brasileiros entraram no *ranking* dos cinco mais lucrativos das Américas: Banco do Brasil, Itaú-Unibanco e Bradesco (MARTINS, 2010).

Em entrevista, a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, informava que a economia brasileira estava mais robusta, enquanto o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, acreditava que a economia brasileira estava sólida e se houvesse algum problema, seria por conta dos créditos internacionais (TUDO AGORA, 2008; AGÊNCIA BRASIL, 2008).

Dada à magnitude dos efeitos das crises citadas, o objetivo deste estudo é

analisar as similaridades e diferenças das crises financeiras de 1929, 1994 e 2007, incorridas no Brasil. Especificamente, responder às seguintes perguntas: Quais foram as políticas adotadas pelo governo brasileiro para diminuir os efeitos da crise dentro do país? Como isso ajudou no desenvolvimento do sistema bancário?

Para a crise de 1994, foi feita uma análise do sistema bancário brasileiro e dos principais bancos atuantes no país na época. Os impactos causados pela implantação do Banco Real e como isso ajudou a firmar a imagem do sistema bancário que existe hoje a partir de aquisições e fusões entre os bancos. Os dados foram obtidos, na sua grande maioria, na base de dados do Banco Central, por meio de reportagens publicadas na imprensa escrita, além de artigos e publicações acadêmicas.

Para a crise de 2007, foi realizada a análise econômico-financeira dos principais bancos do Brasil (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander), de forma comparativa, analisando-se suas demonstrações financeiras durante o período da crise. Será também apresentado, brevemente, o que foi a crise do setor bancário em 1994 e a crise financeira de 2007, relacionando-as com a grande depressão econômica de 1929 e as políticas adotadas pelo governo brasileiro.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para identificar a relação das crises financeiras de 2007 e 1994 com a liquidez dos principais bancos do país, identificou-se uma variedade em trabalhos acadêmicos. Também foram utilizadas algumas matérias publicadas na imprensa escrita nas quais se encontram dados estatísticos e comparativos de grandes instituições financeiras da época.

Corazza (2000) realizou uma análise

da crise e da reestruturação do sistema bancário brasileiro, após a implantação do Plano Real, em 1994. Inicialmente, o autor fez um histórico sobre as crises bancárias e em seguida os impactos do Plano Real sobre o funcionamento e a estrutura do sistema bancário nacional por meio do uso de vários indicadores estruturais e de desempenho de suas atividades. Dessa forma, concluiu que o Plano Real teve impactos profundos no sistema bancário nacional, principalmente após a ameaça do novo sistema em levar a falência mais de cem instituições de pequeno, médio e grande portes que, até então, estavam no topo do *ranking* nacional. Porém, de modo geral, o sistema mostrou-se ágil e adaptou-se rapidamente à nova forma de operação para financiamento realizando uma substituição de grandes receitas por receitas de intermediação financeira, de serviços e de tarifas. A crise e a reestruturação bancária provocadas pelo Plano Real resultaram em um sistema bancário mais concentrado.

Costa (2001) avaliou o avanço do setor bancário antes e após o Plano Real. Iniciou seus estudos com a queda das transferências inflacionárias e, em seguida, utilizou dados de balanço de 90 instituições financeiras para avaliar os reflexos dessas perdas sobre a rentabilidade da indústria bancária, adotando cálculos diferenciados para as instituições privadas, estaduais e federais. Esse conjunto de medidas introduzidas pelo governo veio em um bom momento, visto que muitas instituições de grande porte sofreram com essa redução das transferências inflacionárias. Porém, acredita-se que ainda se faz necessária a adoção de uma melhor autogestão de riscos e de uma melhor fiscalização por parte do Banco Central no Brasil e em outros países, com o intuito de evitar crises de inadimplência como as ocorridas na última década.

Ferraz (2013) analisou o desempenho da economia brasileira nos anos 2008-2009 e as políticas econômicas adotadas pelo governo federal para contrabalançar os efeitos da crise mundial. Na análise dos dados e revisão de trabalhos que trataram a questão em seus múltiplos aspectos, procurou-se construir uma visão geral da economia brasileira no período, discutindo fenômenos que emergiram em decorrência da crise, relacionando-os, sempre que possível, à política econômica a eles associada. Utilizou-se dos índices de rentabilidade e liquidez dos bancos; taxas cambiais; evolução do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa Selic e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que sugeriram que a política econômica praticada foi, de modo geral, bem sucedida no sentido de proporcionar uma rápida reação do nível de atividade para impedir a queda do nível de emprego.

Freitas (2009) procurou discutir, com base no referencial teórico pós-keynesiano, os impactos da crise internacional na economia brasileira, com ênfase na virtual paralisação do mercado de crédito bancário doméstico a partir de setembro de 2008 com argumentos em base de três hipóteses de interpretação: a primeira, em que no ciclo de crédito, a dinâmica concorrencial fez com que práticas de alto risco fossem adotadas no sistema bancário brasileiro; a segunda, em que o excesso de prudência na fase de reversão impacta as atividades bancárias com fins lucrativos e, por último, a atitude do Banco Central que poderia ter sido evitada se houvesse reagido, de forma tempestiva, à deterioração das expectativas dos agentes e ao empocamento de liquidez no mercado interbancário.

Puga (1999) analisou com base em dados dos balanços das instituições financeiras com o intuito de avaliar a reestruturação do sistema financeiro

brasileiro pós Plano Real, estabilização da economia e sua atual solidez e responder cinco questões que envolvem: desvalorização cambial, inadimplência das instituições financeiras e a entrada dos bancos estrangeiros. Concluiu que os bancos privados nacionais se encontravam em uma posição menos vulnerável, ao contrário dos primeiros anos após a implantação do Plano Real, o nível de inadimplência está fortemente concentrado nos bancos múltiplos e comerciais públicos federais e que o sistema financeiro não deve ser seriamente atingido pela desvalorização cambial.

3 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consiste na análise de dados secundários obtidos da literatura. As informações levantadas de dados foram feitas por meio de revisões bibliográficas sobre o tema proposto, selecionando-se os temas e assuntos pertinentes ao problema de pesquisa. No entanto, não se pretendeu esgotar o tema proposto, por existir uma vasta literatura sobre o assunto que não é comportada para este estudo. A forma de seleção da literatura teve como critério o levantamento de assuntos que convergissem com o problema e objetivos propostos neste artigo, o que se caracteriza como uma revisão narrativa (GIL, 2002). Dessa forma, procuraram-se informações sobre o tema em *sites*, revistas, periódicos da CAPES¹, instituições, teses, dissertações, monografias entre outras publicações.

A seleção do material foi realizada da seguinte forma (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2003; BEUREN, 2009): levantamento bibliográfico (no primeiro

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

momento foi realizada a reserva de materiais que fossem relacionados ao tema); seleção de material (no segundo momento, foi realizada uma seleção do que realmente contribuiria à pesquisa); leitura crítica (após a seleção do material, realizou-se a leitura tendo como base todo o material escolhido, com o objetivo de extrair informações, ideias e procedimentos, que auxiliaram no desenvolvimento do tema adotado).

Dessa forma esta pesquisa é definida como bibliográfica, como uma revisão narrativa, utilizando-se de informações de outros estudos para mostrar o quanto a crise afetou a economia e o setor bancário, com foco em explicar as causas dos problemas ou fenômenos nos períodos em estudo (MARCONI; LAKATOS, 2002).

4 RESULTADOS

4.1 A crise bancária e o plano real: 1994

O Plano Real implantado em 1994 no final do governo de Itamar Fraco forçou o sistema bancário a se ajustar a uma nova realidade econômica. Os seus impactos sobre as instituições financeiras já eram previstos e reconhecidos pelos seus idealizadores na época². Costa (2001) divide o Plano Real em três momentos logo após a implementação da nova moeda, o real. Na primeira fase, o sistema foi marcado pela redução no número de instituições financeiras devido à implantação das políticas intervencionistas do Banco Central. Para Corazza (2000), antes da implantação do Plano Real, era apontado um número excessivo de

instituições financeiras e de agências e custos elevados, por isso, o sistema deveria ser redimensionado e reorientado para outras formas de financiar suas atividades, já que os seus custos com pessoal eram muito altos.

O segundo momento característico do Plano Real aconteceu em novembro de 1995, com a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), em agosto de 1996. De acordo com Costa (2001), os objetivos fundamentais dos programas de reestruturação do sistema financeiro eram garantir o funcionamento do sistema de pagamentos e preservar a confiança geral nas operações bancárias, evitando corridas aos bancos e saques generalizados por parte dos depositantes.

A última etapa foi a entrada de bancos estrangeiros, fusões, aquisições e privatizações que repercutiram em mudanças significativas na estrutura da indústria bancária brasileira.

4.1.1 Intervenção do Banco Central: o fim das receitas inflacionárias e a redução das instituições bancárias

De acordo com uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o principal impacto do Plano Real sobre as instituições bancárias se deu por meio da perda da receita inflacionária, também associado com os problemas da má qualidade de ativos e má gestão, como resultado, as instituições bancárias perderam credibilidade, culminando com um processo de intervenções e liquidações. Como consequência, as receitas inflacionárias representaram cerca de 4,0% do PIB, 2,0% durante a implantação do Plano Real e 0,1%

² “Desde o início do Plano Real, em julho de 1994, sabia-se que o novo ambiente de estabilização macroeconômica não seria condizente com a dimensão que o sistema bancário havia alcançado, fruto de vários anos de inflação alta e desequilíbrios macroeconômicos” (MEDONÇA DE BARROS; ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 82).

no ano seguinte após a sua implantação (COSTA, 2001).

Nesse período, os principais bancos do Brasil que se encontravam sob intervenção do Banco Central eram o Banco Econômico e o Banco Nacional. Com base em dados do Banco Central, a maior parte das intervenções bancárias nos primeiros quatro anos após implantação do Plano Real era em instituições de grande porte³ (COSTA, 2001).

Os bancos mais ágeis recuperaram a perda nas receitas inflacionárias com ganhos elevados em operações de crédito, serviços e outros. Por conta disso, a rentabilidade das instituições bancárias não teve grande alteração. A rentabilidade média dos bancos brasileiros cresceu de 14,9%, em 1993, para 16,8%, em 1994, e manteve-se no patamar dos 13,0% até 1998. Em 1999, chegou a 23,0%, em virtude dos ganhos com a desvalorização cambial (COSTA, 2001).

Para Barros e Almeida Júnior (1997), a condução da política monetária, os problemas de liquidez, a concentração da carteira de clientes, o "clientelismo" bancário e a precariedade da regulamentação do sistema junto com a queda das receitas inflacionárias e o aumento de despesas com pessoal determinaram o aumento do grau de fragilidade do sistema bancário brasileiro após o segundo semestre de 1994. As despesas operacionais totais (pessoal + administrativas + tributárias) do sistema bancário privado varejista brasileiro totalizavam R\$37,9 bilhões em dezembro de 1998 ante os R\$28,9 bilhões contabilizados em dezembro de 1995, registrando um crescimento de cerca de 30%, conforme o

³ “Essas intervenções repercutiram qualitativamente sobre o sistema, elevando o grau de fragilidade financeira frente a informações não-oficiais e frente à diminuição da credibilidade dos clientes em manterem seus depósitos junto ao sistema bancário” (COSTA 2001, p.35).

relatório anual de fev/2002 de Austin Asis⁴.

Durante o período de implantação do Plano, houve reestruturação em diferentes aspectos, a começar por drástica redução do número de instituições, uma concentração e internacionalização acentuadas, além de alteração das participações relativas entre as diversas categorias. As principais instituições atingidas pelas medidas do Banco Central foram as de pequeno e médio porte. De acordo com informações do Banco Central, de 1994 até 1998, mais de 100 instituições sofreram ajustes (COSTA, 2001).

4.1.2 A criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)

Temendo a ‘quebra’ de demais instituições financeiras por movimentos especulativos, após a crise no Banco Econômico, o Banco Central do Brasil criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), em agosto de 1995, que tinha como principais objetivos: concessão de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; aprovação do estatuto e regulamento do fundo de garantia de créditos; imposição de dificuldade para criação de novas instituições financeiras e criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário; aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras; responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira;

⁴ “A Austin Asis é a principal empresa fornecedora de informações sobre bancos, empresas e seguradoras da América Latina (MEDONÇA DE BARROS; ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.108)”.

alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior e consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior; permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras, além da criação da central de risco de crédito (CORAZZA, 2000).

O PROER garantia aos correntistas a recuperação dos valores perdidos com as instituições financeiras falidas. Observa-se que em 1997, após o ‘estouro’ da crise no Banco Bamerindus, o sistema não foi prejudicado, por conta das medidas de fortalecimento do sistema tomadas pelo PROER (CORAZZA, 2000).

4.1.3 A entrada dos bancos estrangeiros, aquisições, fusões e privatizações

Em novembro de 1995, o Ministério da Fazenda apresentou ao Presidente do Brasil uma proposta que mostrava que o capital estrangeiro poderia ajudar na reestruturação e fortalecimento do sistema bancário se fosse direcionado para as áreas que estavam frágeis. A proposta foi aprovada e também, individualmente, a presença estrangeira nas operações que envolveram a aquisição de bancos nacionais (COSTA, 2001).

Para Rocha (2001), eram esperados grandes benefícios para a sociedade com as aquisições por parte dos bancos estrangeiros, como menores *spreads*⁵, modernização dos serviços e maior qualidade de produtos oferecidos. Por mais que os bancos tenham ajudado na solidez do setor bancário brasileiro, esses benefícios esperados não foram concretizados como deveriam, visto

que, os bancos estrangeiros têm atuado de forma semelhante aos bancos nacionais, com relação à intermediação financeira e à preferência por operações de tesouraria, além da tecnologia para seus serviços que os bancos nacionais obtiveram primeiro do que alguns estrangeiros.

Segundo Strachman e Vasconcelos (2001), em alguns países da América Latina, como Argentina, México e Chile, houve uma desnacionalização bancária quase que total, ao contrário do que ocorreu no Brasil, visto que, as instituições nacionais públicas e privadas atuam como bancos universais, com grandes redes nacionais de atendimento e alta participação no mercado. A partir de 1997, os bancos estrangeiros também se tornaram relevantes, porém de importância não principal, comparado aos bancos nacionais.

De acordo com dados da *International Financial Statistics/IMF*, durante a reestruturação decorrente do Plano Real, houve uma redução da participação do sistema bancário no PIB de aproximadamente 7,5% que pode ser associada principalmente por meio da extinção, fusão ou absorção das pequenas instituições financeiras (CORAZZA, 2000).

Entre os destaques de aquisições estão a do inglês HSBC, que em março de 1997, adquiriu o Bamerindus; o espanhol Santander, que adquiriu o Banco Geral do Comércio e Noroeste; e o Banco Português Espírito Santo que adquiriu o Banco Boa Vista (COSTA, 2001).

4.2 A crise mundial e o sistema bancário brasileiro: 2007

A última crise mundial começou a manifestar-se em meados de 2007 em países como Estados Unidos e Inglaterra. Várias empresas pediram auxílio ao governo, como

⁵ “É a diferença entre o custo do dinheiro para o banco (o quanto ele paga ao tomar o empréstimo) e o quanto ele cobra para o consumidor na operação de crédito” (OREIRO *et. al.*, 2006, p. 610).

foi o caso de grandes empresas como a General Motors e Ford para garantir que adaptassem suas operações aos novos tempos. Empresas como o *Banco Lehman Brothers* não conseguiram se recuperar e entraram em falência, o que culminou em uma grande perda de confiança do mercado financeiro que se alastrou pelo mundo (RODRIGUES JUNIOR; SANTOS; FERREIRA, 2010).

A surpresa veio por conta do sistema bancário brasileiro que não pareceu entrar em crise, ao contrário dos grandes países, os bancos brasileiros batiam recorde de lucratividade e o país continuava crescendo em diversos setores. Segundo Correa *et al.* (2010), houve aumento de 415,50% entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2010 das operações totais de crédito do sistema financeiro público contra aumento de 348,08% do sistema financeiro privado.

Martins (2010) afirma que a crise de 2008 fortaleceu a ideia que uma boa regulação é necessária, já que, ao contrário do Brasil, os Estados Unidos não estavam regulando o sistema bancário de forma efetiva, principalmente quanto às operações fora do balanço. O acordo da Basiléia⁶ ajudou a fortalecer a regulação do sistema bancário brasileiro e fazer com que o Brasil não fosse afetado diretamente pela crise.

Pode-se considerar também o padrão de inserção da economia brasileira na economia mundial e a relevância do padrão de crescimento (distribuição de renda) estabelecido a partir de 2004 como dois fatores importantes que ajudaram na diminuição do impacto da crise (FERRAZ, 2013).

⁶ A partir dos encontros dos países G10 em Basiléia (Suíça), que discutiram a vulnerabilidade financeira internacional, foi firmada uma nova forma de regulamentação para combater a instabilidade dos sistemas financeiros mundiais (MARTINS, 2010).

4.2.1 A crise de 2007: o início

De acordo com Ferrari Filho *et al.* (2008), na década de 1980, houve uma liberalização financeira, em que as instituições financeiras tinham a liberdade para decidir onde e como operar. Como consequência, diversas instituições financeiras buscaram mercados de alto retorno e lucratividade, porém com altos riscos, foi o caso do mercado financeiro norte-americano. Mesmo que grande parte desse mercado não tivesse renda para arcar com as despesas de financiamento, ainda representava um mercado potencial para financiamentos imobiliários, ainda mais por conta dos altos juros. A maneira de resolver o paradoxo pelos bancos e financeiras foi disfarçar essas hipotecas *subprime*⁷, usando-as em um processo chamado de securitização⁸.

Um valor muito alto foi feito em hipotecas *subprime*, porém, as taxas de juros foram reajustadas ao mesmo tempo em que a

⁷ As hipotecas *subprime* são os contratos de financiamento de compra de residências, chamados de hipotecas residenciais. São contratos de longa duração, em que o próprio imóvel é dado em garantia do empréstimo. O comprador não se torna proprietário do imóvel até que o pagamento seja completado. Se o comprador der um calote, o financiador simplesmente retoma o imóvel, podendo então revendê-lo para recuperar seu prejuízo. O banco financiador da hipoteca normalmente não deseja retomar o imóvel. Quando isso acontece, não apenas o banco perde a receita de juros sobre o empréstimo, como ainda tem que cobrir as despesas de conservação do imóvel, de revenda para terceiros etc. No entanto, quando o comprador para de pagar o empréstimo, a retomada do imóvel é uma forma de reduzir os prejuízos (FERRARI FILHO, 2008).

⁸ Torna-se certo número de contratos de hipotecas que prometem pagar uma determinada taxa de juros para usar como base, ou lastro de um título financeiro (cuja remuneração é baseada nos juros pagos pelos tornados da hipoteca). Esse título é então vendido para fundos de investimento, famílias ricas, empresas com dinheiro para aplicar, bancos etc. (MARTINS, 2010).

economia norte-americana se mostrava frágil. Muitas famílias não possuíam renda para o pagamento dos juros sobre suas hipotecas, pois os juros subiram repentinamente. Os financiadores perceberam que os riscos de calotes estavam subindo e que empréstimos acima da capacidade de pagamento foram feitos. Os detentores dos papéis lastreados tentaram repassá-los quando perceberam que os juros não seriam pagos. De qualquer forma, esses financiadores receberam grande prejuízo com o repasse desses papéis, visto que o valor deles foi reduzido drasticamente. Com a grande oferta de venda, os preços foram caindo e isso afetou, inclusive, outros setores que possuíam papéis semelhantes aos da hipoteca *subprime*. Os bancos e financiadores que tinham esses papéis acabaram se tornando insolventes e falidos, enquanto outros chegaram próximo a isso (FERRARI FILHO *et al.*, 2008).

Com o problema em todo o sistema pelos créditos hipotecários de alto risco, prejuízos começaram a ser divulgados pelas instituições financeiras dentro e fora dos EUA. Para diminuir esses efeitos, o governo americano buscou ajudar as instituições com dificuldade, porém, os momentos de alívio não foram suficientes para que algumas empresas fossem à falência, como foi o caso do banco de investimentos *Lehman Brothers* que pediu concordata e causou imenso alvoroço na grande maioria dos mercados financeiros. Os bancos e financiadoras reduziram a disponibilidade de recursos, as empresas não possuíam capital para financiar sua produção e os consumidores não possuíam crédito para consumir. Ou seja, havia a desconfiança quanto à situação da instituição tomadora do empréstimo, que poderia estar contaminada com os ‘títulos podres’ e, quanto às pessoas, que não teriam renda para pagar (MARTINS, 2010).

A crise inicialmente setorial

(imobiliária) que se tornou uma crise sistêmica (de todos os setores) se espalhou pelo mundo e atingiu a economia brasileira principalmente pela via do comércio exterior. A desvalorização da moeda nacional, a paralisação dos mercados interbancários e financeiros internacionais e o movimento das empresas em desfazerem de seus derivativos cambiais fizeram com que os bancos contraíssem a oferta de crédito para seus clientes. As instituições financeiras menores foram as que mais sofreram com a preferência pela liquidez dos grandes bancos, pois não tinham uma carteira de clientes suficientes para garantir suas operações (FREITAS, 2009).

4.2.2 Baixo risco brasileiro

Para entender como a crise afetou o Brasil, é necessário fazer uma breve análise dos impactos da crise financeira de 2007 – 2008 sobre a economia global, visto que a maior economia mundial foi afetada e seus efeitos propagaram-se globalmente. Como explicado por Ferraz (2013, p. 22):

[...] os canais de transmissão entre as economias avançadas e emergentes são resultantes de suas múltiplas relações de interdependência, evidentes, de maneira geral, nos fluxos internacionais de comércio e de capitais. Na década de 2000, nos anos antecedentes à crise, a rápida expansão da liquidez e as baixas taxas de juros verificadas nos países desenvolvidos produziram um crescimento substancial nos fluxos de capitais direcionados aos países emergentes e/ou em desenvolvimento (PEDs). A diminuição dos *spreads*, combinada com a expansão internacional da liquidez e com as baixas taxas de juros nos países desenvolvidos, proporcionou uma redução significativa do custo do financiamento externo para os PEDs.

No Brasil, pôde ser observada uma crise de liquidez, visto que houve demanda maior por ativos líquidos⁹ (de menor risco), ao contrário dos Estados Unidos, que houve uma crise de insolvência¹⁰. Para Ferrari Filho *et. al.* (2008), as crises com problemas de liquidez são mais fáceis de resolver, já que os bancos superavitários podem emprestar para bancos deficitários e o Banco Central pode injetar liquidez para maior volatilidade na taxa de juros¹¹.

Os menores bancos foram afetados, fazendo com que fossem comprados por outros maiores, como foi o caso da aquisição do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil. Os bancos maiores eram mais capitalizados e possuíam maior nível de liquidez. A forte regulação implementada com os acordos da Basileia¹², o pouco envolvimento com atividades de risco e com operações fora do

balanço de pagamentos, são os principais indícios de que o sistema bancário estava preparado para enfrentar a crise (MARTINS, 2010).

O Banco Central do Brasil, para atuar de acordo com as melhores práticas internacionais de supervisão, segue as recomendações do Comitê de Basileia no que se refere ao estabelecimento de limites operacionais que devem ser observados pelas instituições integrantes do sistema financeiro nacional e, entre estes limites, destaca-se o índice de Basileia¹³, que no Brasil tem um mínimo de 11% (MARTINS, 2010).

De acordo com Martins (2010), pelo Brasil ter pouco envolvimento com atividades de risco, visto que boa parte de seu portfólio de ativos estavam aplicados em títulos e aplicações interfinanceiras, que chegaram a certo período próximo dos níveis de crédito, favoreceu bastante o sistema a se manter solúvel e com liquidez. Esse fortalecimento com títulos públicos no Brasil ocorreu durante a implantação do PROER¹⁴, com a substituição de papéis insolventes por títulos públicos em 1995, onde os bancos passaram a buscar ativos mais líquidos.

Ou seja, por ter um mercado de rendimento elevado e baixo risco, o Brasil não teve uma crise de insolvência bancária, pois esses fatores, aliados às medidas

⁹ Uma crise de liquidez refere-se a uma situação em que o banco é solvente, mas não tem liquidez no momento para cobrir prontamente uma maior demanda por recursos por parte de seus clientes (FERRARI FILHO *et. al.* 2008).

¹⁰ Uma crise de insolvência ocorre quando há bancos cujos ativos disponíveis a preços de mercado são incapazes de cobrir as obrigações com terceiros, o que pode levar a descapitalização do banco (FERRARI FILHO *et. al.* 2008).

¹¹ No caso do setor bancário, os efeitos da crise financeira se fizeram sentir inicialmente pelas dificuldades de obtenção de fundos no mercado financeiro internacional. É verdade que o peso de tais recursos sobre o *funding* dos bancos é relativamente pequeno, mas aparentemente foi suficiente, junto com a deterioração das expectativas causada pela percepção da gravidade da crise internacional mais as dificuldades financeiras de grandes empresas exportadoras brasileiras em função das perdas das operações com derivativos, para dar um início de crise de liquidez no setor bancário brasileiro, resultando em uma situação de "empoçamento da liquidez". (FERRARI FILHO *et. al.* 2008, p. 66).

¹² Os Acordos de Basileia são um conjunto de acordos bancários firmados entre vários bancos centrais de todo o mundo para prevenir o risco de crédito criando exigências mínimas de reserva de capital. São organizados e publicados pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) (FERRARI FILHO *et. al.*, 2008).

¹³ "O Índice de Basileia é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda uma relação mínima de 8% entre o Capital Base e os riscos ponderados conforme a regulamentação em vigor. No Brasil exige-se um índice mínimo de 11%, excetuando-se os Bancos Cooperativos cuja exigência mínima é de 13%" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p.1).

¹⁴ O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (PROER) foi instituído como um mecanismo de financiamento para que instituições saudáveis pudessem absolver bancos em dificuldades. Através dele, os passivos e ativos recuperáveis das instituições insolventes foram transferidos para outras instituições, enquanto os débitos irrecuperáveis foram absorvidos pelo Banco Central (ARIENTI, 2007).

tomadas pelo governo, foram capazes de dar liquidez ao mercado.

4.2.3 Desempenho dos principais bancos brasileiros durante a crise

Para verificar o impacto da crise econômica de crédito nos indicadores de desempenho dos maiores bancos brasileiros (Banco do Brasil, Bradesco, Itáú e Santander) ¹⁵, Rodrigues Junior, Santos e Ferreira (2010) analisaram o período que abrange os anos de 2006 até 2009, ou seja, o começo e o fim da crise estudada. Os gráficos 1, 2 e 3 apresentam os resultados obtidos no estudo desenvolvido por estes autores e mostram que, em meio à crise, os bancos contraíram o crédito, mas o seu lucro, liquidez e Taxa de retorno de investimentos (TRI) não tiveram uma queda significativa. Isso se dá também por conta das operações feitas por esses bancos, onde houve aumento de *spread*, tarifas e juros que são cobradas dos clientes.

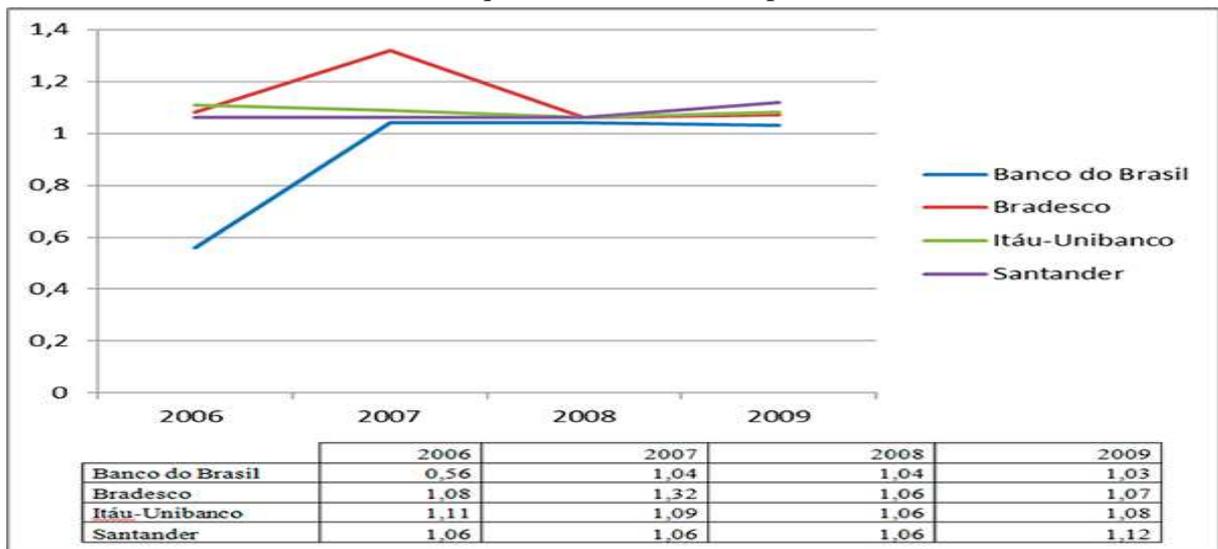
O índice de liquidez geral leva em consideração a situação de um período de longo prazo da instituição financeira, incluindo no cálculo os direitos e obrigações no longo prazo, cujos valores são obtidos no balanço patrimonial divulgado pelas instituições.

De acordo com Ventura (2007), o índice de liquidez geral indica quanto uma empresa tem a receber em relação ao que deve nesse mesmo período, englobando também os ativos e passivos em período de longo prazo.

De acordo com a Figura 1, os índices de liquidez geral do Banco Itaú nos anos 2006 e 2007, indicaram que para cada real de dívidas totais (período de curto e longo prazo) com terceiros (Passivo Exigível), a empresa dispôs respectivamente de R\$ 1,11 e 1,09 de bens e direitos de curto e longo prazos (ativo circulante e realizável em longo prazo) para pagar, ou seja, se negociar os bens e direitos de curto e longo prazo, para cada R\$ 1,11 e 1,09 (respectivamente aos anos 2006 e 2007) que receber, paga R\$ 1,00 e sobram respectivamente R\$ 0,11 e 0,09. O maior índice de liquidez observado foi o do Banco Bradesco em 2007 no qual a empresa dispôs de R\$ 1,32 de bens diretos de curto e longo prazo. O índice de liquidez geral se mostrou estável durante o período estudado, com destaque para o Banco do Brasil que viu seu índice de liquidez geral crescer de 0,56 em 2006 para 1,04 em 2007, um aumento da liquidez geral de 85,71%.

¹⁵ A Caixa Econômica Federal, embora seja a 4ª maior instituição financeira no Brasil em ativos, segundo o Bacen, foi excluída da análise tendo em vista suas características diferenciadas em termos de tipo societário (empresa pública) de atuação no mercado de capitais (FERRARI FILHO *et. al.*, 2008).

Gráfico 1 – Índice de Liquidez Geral dos Principais Bancos Brasileiro.

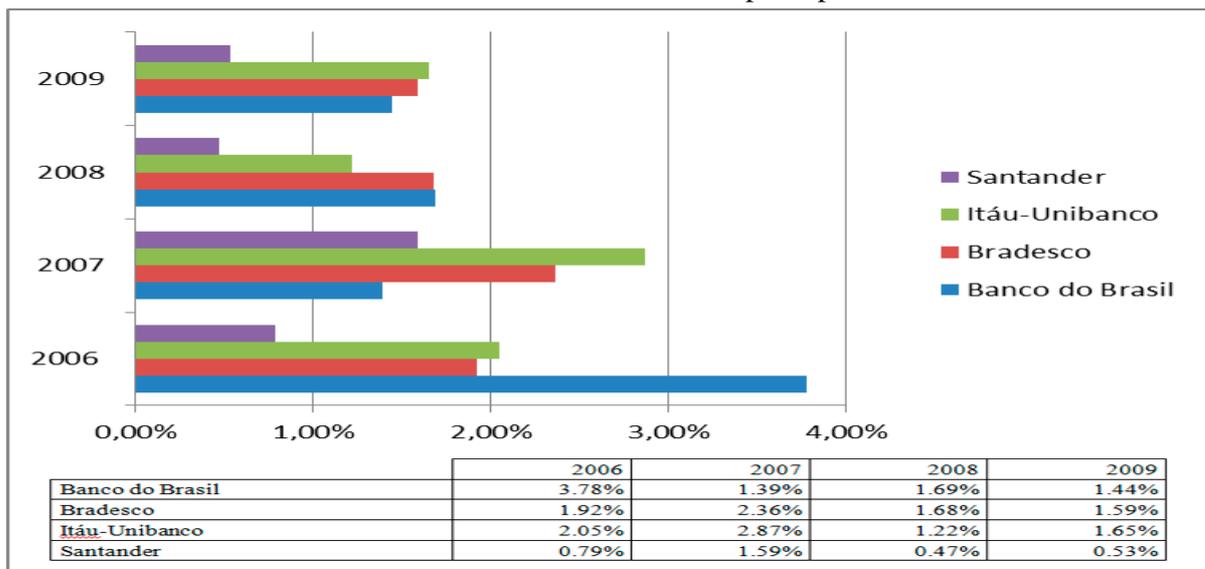


Fonte: adaptado a partir de Rodrigues Junior, Santos e Ferreira (2010, p. 5).

De acordo com Barata (2003), retorno é o lucro obtido pela empresa e investimento é toda aplicação, que está evidenciada no Ativo (estoques, imobilizado, investimentos etc.), realizada pela empresa com o objetivo de obter Lucro (Retorno). A combinação de todas essas aplicações proporciona resultado para a empresa: Lucro ou Prejuízo.

A Taxa de retorno de investimentos (TRI), que representa o poder de ganho da empresa, ou seja, quanto ganhou por real investido mostra grande queda no Banco do Brasil durante o ano de 2006 e 2007, enquanto nos bancos privados houve crescimento que, em 2008, voltou a cair, ao contrário do Banco do Brasil que passou a crescer (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de retorno de investimentos dos principais Bancos Brasileiro.



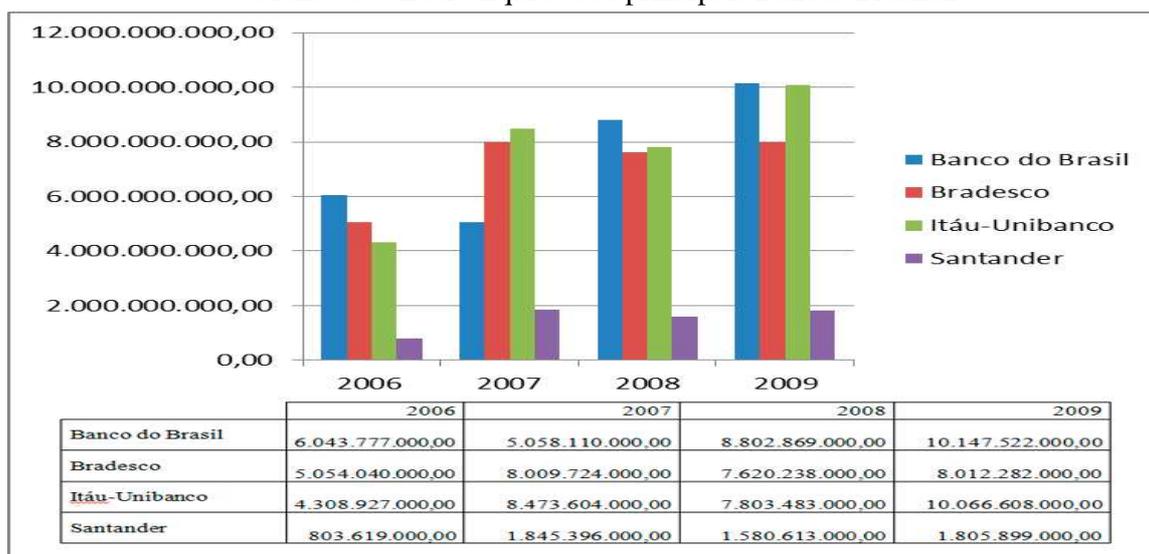
Fonte: adaptado a partir de Rodrigues Junior, Santos e Ferreira (2010, p.6).

A não eficiência da gestão no mercado, a má gestão e os *spreads* são alguns dos fatores que fizeram com que os bancos tivessem uma queda em sua TRI. Por conta da crise externa, algumas empresas tiveram problemas em pagar suas dívidas, visto que houve queda de faturamento e, conseqüentemente, um aumento do endividamento bancário, o que fez com que as instituições financeiras não recebessem o retorno esperado sobre os investimentos feitos.

Outro destaque ocorre para o Banco do Brasil, que sofreu uma queda de 2006 para 2007, mas teve seu lucro líquido

duplicado no ano de 2009 (Gráfico 3), onde o governo teve um papel fundamental para isso, como um aumento em sua carteira de crédito que chegou no fim do ano de 2009 a R\$ 300,829 bilhões, de acordo com publicação do Portal Terra (2010). Essa expansão de sua carteira de crédito foi consequência da decisão do Governo brasileiro de utilizar os bancos estatais para ampliar o crédito em um momento de restrição do dinheiro circulante como forma de fazer frente à crise econômica global.

Gráfico 3 – Lucro líquido dos principais Bancos Brasileiro.



Fonte: Rodrigues Junior, Santos e Ferreira (2010, p.6).

4.3 Lições para o sistema bancário brasileiro: 1929, 1994 e 2007.

É inevitável que surjam comparações entre a grande depressão em 1929 com as crises de menor impacto que ocorreram nos anos seguintes, conforme Quadro 1. Mesmo com a desaceleração da economia e as grandes perdas financeiras, a intervenção estatal é um elemento que diferencia nitidamente as iniciativas da política

econômica. Esse fato ajuda a projetar um futuro menos incerto para a evolução das crises que possam aparecer (MAZZUCHELLI, 2008).

Para a crise de 1929, é destacado o fim do ciclo do café com a quebra da bolsa de Nova York, cujo produto era responsável por 70% da exportação do país. Após medidas sem sucesso para salvar o café, o governo então decidiu impulsionar a industrialização no país e o desenvolvimento de um mercado interno (CABRAL, 2015).

Diferente da crise de 1929, em que

não havia grandes bancos no país, após a implantação do Banco Real em 1994, o governo percebeu que o capital estrangeiro ajudaria na reestruturação da economia e no fortalecimento do sistema bancário, abrindo então portas para os grandes bancos (COSTA, 2001).

Com um sistema bancário mais aprimorado e melhor regularizado, o Brasil soube lidar melhor com a crise mundial de

2008. Com a queda do comércio internacional, o governo adotou medida semelhante à da crise de 1929: o crescimento do mercado interno. Assim como a crise de 1929, os menores bancos foram afetados, porém, o sistema bancário pouco sofreu, visto que os bancos maiores eram mais capitalizados e possuíam maior nível de liquidez (MARTINS, 2010).

Quadro 1 – Comparativo das crises de 1929, 1994 e 2007.

Crises	Razões	Consequências no Brasil	Medidas Tomadas	Sistema Financeiro
1929	Quebra da bolsa de Nova York	A falência da economia do café no Brasil, o principal produto exportador na época.	Medidas adotadas para a economia do café. Sem sucesso, o governo impulsionar a industrialização e do mercado interno.	Fim do padrão-ouro e tentativa de um câmbio fixo.
1994	Início do Plano Real	Reestruturação do sistema financeiro	Criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes)	Abertura para capital estrangeiro no setor financeiro. Entrada de bancos estrangeiros e fusões de bancos nacionais
2007	Inadimplência imobiliária norte-americana e falência de diversos bancos de investimentos (Lehman Brothers).	Economia do comércio exterior foi atingida, desvalorização da moeda nacional e oferta de crédito foi reduzida.	O governo passa a impulsionar o desenvolvimento do mercado interno	Pouco impacto no sistema financeiro e alta liquidez dos bancos nacionais

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Mazzucchelli (2008), Cabral (2015), Costa (2001) e Martins (2010).

4.4 A crise de 1929 e 1994: consequências para os bancos nacionais

De acordo com Costa (2001), ocorreu ainda tentativas de câmbio fixo, atrelando a moeda nacional a alguma paridade estável com o padrão monetário hegemônico: o dólar. Entre 1930 e 1945, houve socialização das perdas bancárias

devido à crise mundial de 1929, imposição da reserva de mercado no varejo bancário em favor dos bancos brasileiros e o início do uso de bancos públicos (federais e estaduais) para atuações desenvolvimentistas.

Em 1930-1931, adotou-se uma política cambial liberal, porém, na prática, era uma política cambial restritiva, visto que se decretaram sucessivas moratórias em

relação às dívidas em moeda estrangeira. Nesse período, o mil-réis desvalorizou-se 55% em relação ao dólar (COSTA, 2001).

Comparando com a crise bancária de 1994, em que houve liquidação de grandes bancos privados nacionais, privatização de bancos estaduais, concentração bancária e reestruturação patrimonial das instituições financeiras, os bancos comerciais brasileiros resistiram bem à crise de 1929. As políticas de acomodação adotadas após 1930 foram responsáveis por isso, pois buscavam reforçar a confiança no sistema bancário. Além da tendência à concentração em 1994, verificou-se a progressiva desnacionalização do setor bancário brasileiro que tinha usufruído, na era desenvolvimentista, desde os anos 1930, de ‘reserva de mercado’ (COSTA NETO, 2004).

5 CONCLUSÃO

As crises financeiras afetaram o sistema bancário brasileiro de diferentes formas, algumas mais intensamente que outras.

Pode-se concluir que a crise bancária de 1994 enfrentada no Brasil após a implantação do Plano Real trouxe diversas consequências para o país em seus diferentes momentos: a redução no número de instituições financeiras devido à implantação das políticas intervencionistas do Banco Central em que mais de 50 instituições foram submetidas a algum tipo de regime administrativo; a criação do PROER que garantiu aos correntistas a recuperação dos valores perdidos com as instituições financeiras falidas e a entrada dos bancos estrangeiros por meio das aquisições, fusões e privatizações. Ao contrário da crise de 1929, em que os bancos nacionais resistiram bem às transformações do mercado devido

às políticas de acomodação adotadas após 1930.

Além disso, conclui-se que a crise bancária de 2007, iniciada nos Estados Unidos, causou poucos impactos no sistema bancário brasileiro. Ao contrário dos outros países, os bancos do Brasil registraram recordes de lucro e as medidas adotadas pelo governo na época foram fundamentais para impedir que a crise atingisse o Brasil a partir do pedido de falência do banco de investimentos americano *Lehman Brothers*.

Algumas medidas importantes que merecem destaque são os pacotes de medidas anticrise, a queda da taxa de juros e corte de tributos às diversas empresas. O governo injetou dinheiro na economia e incentivou o consumo para fazer com que o mercado interno não sofresse com os problemas externos causados pela crise de 2007.

Essas crises trouxeram uma grande lição: é de enorme importância que as políticas tomadas pelos Estados sejam feitas de forma correta, ou seja, aprendidas as lições com as crises (1929, 1994 e 2007) é plausível criar mecanismos de alerta (variações que ultrapassam as médias históricas) para inibir um possível otimismo de mercado incoerente com a realidade das economias de cada país.

Este trabalho tem como contribuição apresentar as relações das crises de 1929, 1994 e 2007, seus problemas, consequências e as medidas governamentais preventivas e remediativas.

Esta pesquisa foi limitada a uma revisão bibliográfica do tema proposto. No entanto, ela pode ser considerada como base de conjunto de informações para novos estudos que contemplam metodologias qualitativas ou quantitativas que mensure o tamanho dos impactos econômicos, sociais, políticos e até mesmo ambientais (sustentabilidade) das crises de 1929, 1994 e

2007, pois as crises financeiras têm ligações diretas com todos os agentes de mercado, afetando as decisões de mercado e político em todos os níveis de um país, seja ele analisado no cenário nacional ou internacional.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Caderno de notícias. *Mantega diz que crise financeira não deve afetar bancos brasileiros*. 2008. Disponível em:

<http://www.fetecsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39380&catid=41:em-cima-da-hora&Itemid=129>.

Acesso em: 1 jun. 2015.

ARIENTI, P. F. F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 577-600, out. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – CBC. *Relatório Focus*. 2011. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/gci/Focus/B20010611%C3%8Dndice%20da%20Basileia.pdf>>.

Acesso em: 6 mar. 2016.

BARATA, P. V. A. *Rentabilidade: Retorno sobre o investimento do ponto de vista da empresa e do empresário*. Pará: UFPA, 2003.

BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CABRAL, B. Lições de outras crises. *Jornal O Povo Online*. Fortaleza. Disponível em <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/04/04/noticiasjornaleconomia,3417866/licoes-de-outras-crieses.shtml>>.

Acesso em: 5 nov. 2015.

CORAZZA, G. *Crise e reestruturação bancária no Brasil*. Texto para Discussão 8. 149 |

Porto Alegre: UFRS, 2000.

CORREA, P. R. R.; PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. da C.; BASÍLIO, F. A. C. *A Estrutura do Setor Bancário Brasileiro e o Ciclo Recente de Expansão do Crédito: O Papel dos Bancos Públicos*. 2010. Disponível em: <

<http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2010>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

COSTA NETO, Y. C. da C. *Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

COSTA, S. *Crise bancária no Brasil após o Plano Real: uma análise a partir da falência de bancos privados varejistas*. 2001. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas. 2001

FERRAZ, F. C. *Crise financeira global: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

FERRARI FILHO, F.; DE PAULA, L. F.; AMADO, A. M.; DE MENDONÇA, A. R. R.; LIMA, G.T.; RESENDE, M.F. DA C.; CORRÊA, V.P. *Dossiê da Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, 2008. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: v. 23, n. 66, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.

M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.* 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica.* 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, C. *O Sistema Bancário Nacional Brasileiro e as Influências da Crise Financeira Mundial de 2008.* 2010. 62f Monografia (Graduação) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Porto Alegre. 2010

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. *Novos estud. - CEBRAP [online]* 2008.

BARROS, J. R. Mendonça de; ALMEIDA JÚNIOR, M. F. de. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília, *Política Comparada*, maio-ago. 1997, ano I, vol. I, n. 2.

OREIRO, J. L da. C.; PAULA, L. F de.; SILVA, G. J. C da.; ONO, F. H. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. *Economia Aplicada.* São Paulo, V. 10, N. 4, Pag. 609-634, out.-dez. 2006.

PUGA, F. P. *Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial.* Texto para Discussão 68. Rio de Janeiro: BNDES, Março, 1999. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/Td-68.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

PORTAL TERRA. *Banco do Brasil obtém*

lucro recorde em 2009. 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/banco-do-brasil-obtem-lucro-recorde-em-2009,62e8490e6d90b310VgnCLD200000bbccce0aRCRD.html>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

ROCHA, F. A. S. *Evolução da Concentração Bancária no Brasil (1994- - 2000).* Notas Técnicas do Banco Central do Brasil n. 11, novembro de 2001.

RODRIGUES JUNIOR, W. M.; SANTOS, M. C.; FERREIRA, J. L. D. Impacto da crise financeira de 2008/2009 nos principais bancos de capital aberto no Brasil. V *EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica*, 26 a 29 de outubro de 2010.

STRACHMAN, E.; VASCONCELOS, M. R. *Reestruturação do Setor de Serviços Financeiros em Nível Mundial: Caracterização, Regularização e Consequências para as Discussões junto ao GATS.* Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira. Brasília: Ipea/IPRI. 2001.

TUDO AGORA. Caderno de Política. *Dilma fala a tudo sobre a crise financeira mundial.* 2008. Disponível em: <<http://www.tudoagora.com.br/noticia/8207/Dilma-fala-a-tudo-sobre-a-crise-financeira-mundial.html>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

VENTURA, J. do S. do R. *Análise dos demonstrativos contábeis – Índices de Liquidez.* 2007. Disponível em: <<http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Jane-do-Socorro-do-Ros%C3%A1rio-Ventura-An%C3%A1lise-dos-Demonstrativos-Cont%C3%A1beis-%C3%8Dndices-de-Liquidez.pdf>>. Acesso em 06 mar. 2016.

SOBRE OS AUTORES

Jefferson Lima de Souza

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas. Endereço: Avenida Coronel Teixeira, nº 6, Edifício Maison Beethoven, Apt 702 – Ponta Negra – Manaus (AM) – Brasil, CEP 69037-000. E-mail: jefferson.lsouza14@gmail.com.

Jeronimo Alves dos Santos

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade São Paulo; mestre em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo; Bacharel em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa. Docente da Universidade Federal de São Carlos. Endereço: Rodovia Anhanguera, Km 174 Araras (SP) – Brasil, CEP 13604-000. E-mail: jeronimo@ufscar.br.

Renato Alves de Oliveira

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo; mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará; Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará. Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Endereço: Rua Cel. Bitencourt, 689 – Centro, Ponta Grossa (PR) – CEP 84010-290, Ponta Grossa(PR). E-mail: natoliveiralves@hotmail.com.